

# **O Ensino da Enfermagem no Estado Novo: um olhar pela legislação (Décadas de 40 a 70)<sup>1</sup>**

## **Nursing Education in “Estado Novo”: a look at the legislation (40-70 Decades)**

**Helder Henriques**

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é discutir o processo de construção identitária da enfermagem portuguesa durante o Estado Novo, tomando como objeto de estudo o ensino da enfermagem (décadas de 40 a 60). Teoricamente recorremos à História e Sociologia das Profissões (Freidson, 1986; Abbott, 1988, Silva, 2008) e à literatura produzida pelos próprios enfermeiros (Abreu, 2001; Amendoeira, 2006; Soares, 1997). Do ponto de vista empírico, a investigação produzida baseia-se em fontes documentais e orais. Destacando-se, principalmente, os diplomas legais e um conjunto de entrevistas realizadas a enfermeiras/os que participaram como alunos ou professores numa escola de enfermagem portuguesa, durante o período identificado. Do ponto de vista metodológico, optamos pela análise sócio histórica uma vez que permite uma compreensão ampla sobre a problemática em destaque.

Defenderemos que o ensino e as escolas de enfermagem encontravam-se na dependência do Estado. Consequentemente, a definição identitária do grupo das/os enfermeiras/os é o resultado de um processo de controlo e regulação levado a efeito pelo regime político da época, dificultando a emergência do grupo como atividade profissional (Henriques, 2012).

**Palavras-Chave:** estado; enfermagem; formação; escolas

### **Abstract**

The aim of this paper is to discuss the process of identity construction of nursing during the Portuguese “Estado Novo”, taking as object nursing education (the 40 to 60). Theoretically we used the history and sociology of professions (Freidson, 1986; Abbott, 1988, Silva, 2008) and the literature produced by the nurses (Abreu, 2001; Amendoeira, 2006; Soares, 1997). From the empirical viewpoint, the research produced is based on oral and documental sources. Emphasizing especially the legal texts and a set of interviews with nurses those who participated as students or teachers in a Portuguese school of nursing, during the period identified. From the methodological point of view, we chose the socio historical since it allows a broad understanding on the problems in focus. We will argue that teaching and nursing schools were dependent on the state. Consequently, the definition of the identity of the nursing group is the result of a process control and regulation carried out by the political regime of that time, hindering the emergence of the group as a professional activity (Henriques, 2012).

**Keywords:** state, nursing, education, schools

### **Introdução**

Nas últimas décadas as ciências sociais, humanas e comportamentais olharam com muito interesse para as questões relacionadas com a construção de identidades profissionais. De facto, as atividade profissionais constituem um campo de análise capaz de potenciar um conjunto alargado de perspetivas sobre a definição de identidades.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

A História da Educação também encontrou um espaço relacionado com as questões identitárias e, sobretudo, com a importância dos processos formativos e das instituições escolares na produção de identidades profissionais. O objetivo central deste texto prende-se com a análise da importância do ensino da enfermagem no processo de emergência de uma determinada identidade, no período do Estado Novo, associado ao grupo dos enfermeiros portugueses. As perguntas orientadoras deste estudo são as seguintes:

Como se construiu a identidade dos enfermeiros portugueses no Estado Novo? Que papéis tiveram as instituições escolares? Que lugar ocupou o Estado nesse processo? Em suma, que dificuldades e oportunidades a enfermagem encontrou para construir uma identidade profissional?

A análise sociohistórica, numa perspetiva diacrónica, permitirá responder às questões anunciadas. Ancoramos o nosso trabalho na História da Educação (HENRIQUES, 2012; SILVA, 2008, NÓVOA, 1987) e das Profissões, na Sociologia das Profissões (FREIDSON, 1986; ABBOTT, 1988; MACDONALD, 1999; DUBAR, 1997; RODRIGUES, 1999, 2002; GONÇALVES, 2006) e na literatura produzida pelos próprios enfermeiros (ABREU, 2001; AMENDOEIRA, 2006; ESCOBAR, 2004, SOARES, 1997, NUNES, 2003). Do ponto de vista empírico analisamos essencialmente a legislação, fontes de arquivo e orais.

O trabalho divide-se em três momentos relacionados entre si. O primeiro, onde discutiremos essencialmente um conjunto de conceitos que permitem uma leitura geral sobre o papel do Estado e a importância dos processos formativos na construção de identidades profissionais; o segundo momento, onde apresentaremos os principais diplomas legais enformadores do ensino da enfermagem portuguesa no Estado Novo; e, o terceiro momento, onde destacaremos a importância das ciências sociais, humanas e comportamentais na definição de uma “nova” enfermagem.

No fundo, defenderemos que o ensino e as escolas de enfermagem encontravam-se na dependência do Estado, promovendo um conjunto de avanços e recuos, de acordo com interesses estratégicos, no processo de definição identitária do grupo das/os

enfermeiras/os dificultando, muitas vezes, a emergência do grupo como atividade profissional (HENRIQUES, 2012).

### **1.Estado, Formação e Identidade (s): uma espiral de poder**

As atividades profissionais são constructos sociohistóricos complexos. A sua interpretação é essencial para reforçar a autonomia que caracteriza as profissões. O despertar de uma consciência histórica sobre a atividade que se desenvolve constitui um importante mecanismo de consolidação e reforço de identidades profissionais. A este propósito Maria de Lurdes Rodrigues salienta o seguinte:

O estudo do processo histórico de desenvolvimento das profissões em cada contexto nacional é fundamental para a compreensão da estrutura e formas de organização com que os grupos se apresentam na atualidade, porque, por um lado, é nele que se encontram os mecanismos particulares da institucionalização do grupo ocupacional e, por outro lado, também permite explicitar o enquadramento político, económico e social em que o processo se desenrola (1999: 5)

O estudo das configurações identitárias não pode esquecer os processos de transformação pelos quais passaram, as relações de dependência que desenvolveram, os cenários políticos, económicos e sociais em que conquistaram e reforçaram a sua jurisdição profissional. No caso específico dos enfermeiros portugueses, salientamos o papel do Estado, das Escolas e da formação na construção de identidades profissionais com um certo grau de autonomia.

O Estado deve ser interpretado como um agente ativo na construção de identidades profissionais. Ao longo do Estado Novo, o Estado foi a cúpula de uma organização hierárquica no processo de definição do que significava ser enfermeiro/a naquela altura. Era o Estado que regulamentava o exercício e o ensino da enfermagem, que direcionava as escolas de enfermagem para determinadas formas de credencialismo e/ou ainda que influenciava decisivamente todo o processo formativo e a constituição de uma consciência de grupo ou de uma “ideologia profissional” dos enfermeiros portugueses.

Assim, a análise das relações estabelecidas entre o Estado e as profissões constituem um eixo de análise relevante para a compreensão das estratégias desenvolvidas quer pelo Estado, quer pelas profissões, no sentido da negação ou da afirmação das últimas. Como já salientamos, o Estado não pode ser encarado como um elemento passivo no

desenvolvimento das profissões, pelo contrário, “dado que constrói mecanismos que ajudam a valorizar o seu projeto político a partir, ou por intermédio das atividades profissionais” (HENRIQUES, 2012: 81) de acordo com os seus próprios interesses.

Hoje é um dado adquirido entre os estudiosos destas matérias que “a relação política com o Estado, o papel das profissões no processo político, a sua dinâmica e estrutura política, a análise das suas redes de influência e ação coletiva” (RODRIGUES, 1997: 123) constituem elementos relevantes para a interpretação do papel das profissões nas sociedades contemporâneas. Do mesmo modo, o Estado assume centralidade na constituição de identidades profissionais dos grupos. A gestão e regulação do controlo que o Estado exerce sobre a sociedade e, especificamente, através das atividades profissionais é um elemento fundamental e estratégico na definição de identidades de grupo.

Também António Nóvoa se encontra alinhado com as palavras que referimos anteriormente. Quando estudou o processo de profissionalização dos professores, imediatamente refutou a passividade do Estado no processo de construção de uma ideologia profissional, colocando-o como um “ator central” na regulação do mundo do trabalho (1987: 46) e das identidades profissionais.

A formação dos grupos profissionais e os conhecimentos que possuem constituem outro eixo de análise quando estudamos as profissões e as identidades profissionais. As instituições escolares assumem aqui um importante papel na definição dos grupos profissionais e na construção da sua identidade. Por um lado, as instituições escolares apresentam-se como elementos credencialistas, ao serviço do Estado; por outro lado, como elementos onde se aprende a Ser e a Fazer, também de acordo com orientações da tutela. Analisemos estes dois novos elementos.

O credencialismo constitui um dispositivo de controlo, seleção e acreditação dos indivíduos que pretendem ingressar numa determinada instituição escolar e, consequentemente, num coletivo. É, portanto, um processo que permite controlar o acesso a determinados conhecimentos e posições profissionais. De acordo com Eliot Freidson constitui uma importante fonte de poder profissional (1986: 63, 64 e seguintes). Também aqui o Estado desenvolveu mecanismos legais que permitiram a

criação de exigências a vários níveis de modo a diferenciar aqueles que possuíam licença ou mandato para exercer uma determinada atividade, daqueles que não possuíam acreditação. As escolas assumiram este importante papel de escrutínio dos elementos que integravam os grupos. A enfermagem não fugiu a esta “regra” como teremos oportunidade de demonstrar. Portanto, as atividades profissionais e os respetivos grupos no decorrer do seu processo de afirmação e consolidação:

Encontraram dispositivos que permitiram averiguar a capacidade dos sujeitos para fazer parte de determinados agrupamentos profissionais e exercer tarefas específicas. O credencialismo caracteriza-se, em parte, por esse ato de subordinação, ao mesmo tempo habilitador, e de reconhecimento das capacidades dos indivíduos que, para exercer algumas atividades profissionais, deveriam possuir “qualidades” físicas, psicológicas, intelectuais ou morais definidas pelos grupos, pelo Estado e pelos contextos sociopolíticos que envolviam os agrupamentos profissionais (HENRIQUES, 2012: 142).

Por outro lado, coube às instituições escolares o papel de formar aqueles que eram acreditados, depois de avaliado, por especialistas, o seu processo de candidatura, numa lógica formativa onde importava aprender a Ser (enfermeiro/a neste caso) e a Fazer. O conceito de formação pode ser interpretado, neste contexto, como um processo plural, multifacetado e em constante mutação de acordo, muitas vezes, com orientações políticas e necessidades sociais.

A formação escolar, ministrada nas escolas, permite aos alunos adquirir uma consciência de grupo, a sua socialização, apreender os valores essenciais ao desenvolvimento de uma ideologia e jurisdição profissionais e mobilizar um conjunto de conhecimentos especializados com reconhecimento social e político. A formação constitui, portanto, “um elemento central na organização, estruturação e afirmação dos grupos e das identidades profissionais”. A formação, o conhecimento e/ou Saber, constituem elementos configuradores das identidades profissionais. Os processos formativos legitimam o grupo perante a sociedade e permite o reforço do mesmo do ponto de vista sociopolítico.

O Estado, as Escolas, o Credencialismo, a Formação, os Conhecimentos ou os próprios Valores constituem os principais elementos que permitem construir uma determinada identidade profissional reconhecida pelos grupos profissionais, pelos regimes políticos e pela própria sociedade. Deste modo, defendemos a ideia de que a identidade profissional:

(...) constrói-se no interior de lógicas de ação, na sequência do que defende a abordagem interacionista, e representa um processo dinâmico sempre em (re)construção, que situa os diferentes elementos no interior de uma determinada especificidade, ou grupos de pertença, e que se pode alterar consoante as relações que se estabelecem com o Estado ou com outros grupos profissionais que exercem pressão sobre os grupos tornando-os mais permeáveis a outros interesses que não os do próprio grupo profissional. São os conhecimentos e os valores que os indivíduos adquirem em contexto de formação escolar que os tornam seres socialmente identificáveis (DUBAR, 1997: 13).

Na sequência do que acabamos de referir, a relação entre Estado, Formação e Identidades assume centralidade uma vez que permite a produção de identidades credenciadas e acreditadas socialmente e por outros grupos profissionais. Como salienta Lucília Escobar, o conceito de identidade profissional é relacional, multifacetado, construído e emerge do interior de tensões, negociações, avanços e recuos de fora para dentro e de dentro para fora do grupo.

## **2.O ensino e exercício da enfermagem: o discurso do Estado**

As primeiras escolas de enfermagem surgiram, em Portugal, na segunda metade do século XIX por iniciativa particular. Destacamos a Escola de Coimbra fundada por António Augusto da Costa Simões, administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra, em 1881. De curta duração, afirma-se a importância da formação deste público sobretudo com o objetivo de substituírem e auxiliarem os médicos nas suas ausências. Algum tempo passado, surgiu em 1901 a primeira escola oficial de enfermagem portuguesa, sediada no Hospital Real de S. José. O seu principal objetivo era, de acordo com o artigo primeiro dos estatutos da instituição, proporcionar:

(...) aos indivíduos que se destinem à profissão de enfermeiros a instrução doutrinária e os conhecimentos de prática, que as exigências da ciência actual reclamam em quem tenha de cumprir prescrições médicas ou cirúrgicas e de prestar cuidados de enfermagem a doentes” (Diário do Governo nº 204, de 12 de Setembro de 1901).

As administrações hospitalares assumiam o controlo das escolas de enfermagem portuguesas. Este controlo caracterizou as relações da escola com as administrações durante quase toda a 1ª metade da centúria de novecentos e impediu durante muito tempo a afirmação da enfermagem portuguesa, uma vez que se encontravam associadas aos Hospitais e sob o domínio médico.

Esta questão vai ser ultrapassada, pelo menos em parte, a partir da década de 40 quando o Estado manifesta um enorme interesse em regular e controlar a atividade e o ensino da enfermagem portuguesa. Em 1942 o Estado promoveu a lógica credencialista sobre a enfermagem (Decreto-Lei nº 32612 de 31 de Dezembro de 1942). Para exercer esta atividade era necessário possuir um conjunto de requisitos, chamando a si o poder da seleção, recrutamento e idoneidade das futuras enfermeiras. De facto, assume-se que esta atividade deveria ser realizada por quem possuísse um diploma escolar e quem quisesse olhar para a mesma como uma missão ao serviço dos outros, de um modo desinteressado e com poucos custos para o Estado. Neste sentido, o casamento das enfermeiras foi proibido e o recrutamento devia fazer-se entre jovens solteiras e/ou viúvas que não tinham filhos e/ou maridos para cuidar. A enfermagem tornava-se, aos poucos, um verdadeiro sacerdócio. Mesmo assim, a identidade profissional das enfermeiras saiu reforçada uma vez que o Estado apostou na sua formação e a partir do final da década de 40 incentivou a abertura de escolas de enfermagem (por exemplo, em 1948, José Lopes Dias fundou a Escola de Enfermagem de Castelo Branco).

Aquilo que parecia ser um processo de afirmação e distinção positiva da enfermagem portuguesa, com a reforma de 1942, depressa se percebeu que não passava de um jogo estratégico do próprio Estado. Em 1947, através do Decreto – Lei nº 36 219 de 10 de Abril, promoveu a reorganização do ensino da enfermagem. Esta reforma, entre outros aspetos, pretendia dar resposta à necessidade social de falta de enfermeiras. Para o efeito, foram criados vários cursos de enfermagem de modo a garantir uma maior eficácia no processo de recrutamento. Além do curso de Enfermagem Geral, foi constituído o curso de Auxiliares de Enfermagem e o curso de Pré-enfermagem. O último, com a duração de 2 anos, visava a preparação para a entrada no curso geral de enfermagem; o curso de Auxiliares tinha como objetivo formar “enfermeiras práticas” e tinha a duração de apenas um ano, ao contrário do curso geral de enfermagem que tinha a duração de dois anos.

Estes novos cursos acabaram por desvalorizar o curso de enfermagem geral na medida em que existiu um espalhar da formação, algo que não era benéfico para o reforço identitário do grupo, apesar de socialmente ter ajudado a resolver o problema da falta de pessoal de enfermagem. Ao longo da década de 50, o curso de enfermagem geral era procurado por menos pessoas do que o curso de Auxiliares de Enfermagem

(HENRIQUES, 2012). Os motivos eram vários, mas sobretudo tinham a ver com a facilidade com que se entrava para o curso de Auxiliares do ponto de vista literário exigindo-se apenas a instrução primária.

Na reforma de 1947, embora anteriormente já tivesse sido apontada, o legislador confirma uma dimensão relevante no processo de emergência da identidade dos enfermeiros portugueses: a ideia de que para se pertencer ao grupo devia possuir-se um comportamento moral irrepreensível. Quer dizer, a enfermeira não devia questionar, devia ser submissa e obediente, colocar-se a si mesma em ultimo lugar, enfim, agir como um verdadeiro “anjo de bata branca”.

Em 1952, houve uma nova reforma do ensino da enfermagem. Reforçou-se a ideia de que apenas quem possuísse uma habilitação escolar poderia exercer enfermagem. Passou também a existir um regulamento geral das escolas de enfermagem. Reafirmava-se a dimensão moral da enfermagem e a importância da existência de uma formação “total” onde o internato poderia ter um papel crucial. O diploma manteve-se em vigor até meados da década de 60.

Nesta altura, fruto de pressões da Igreja, de alguns governantes, dos próprios enfermeiros, a enfermagem ganhou um novo folego. A reforma de 1965 (Decreto 46448, nº 160, de 20 de Julho de 1965) trouxe centralidade e acreditação profissional à enfermagem. Os candidatos a auxiliares de enfermeiro já teriam de possuir o 1º ciclo do ensino liceal; no caso do curso de enfermagem geral o 2º ciclo. Como defendemos, a reforma de 1965 constituiu um marco na afirmação identitária do grupo, dado que o ensino da enfermagem transitou, definitivamente, para as enfermeiras. As enfermeiras ensinam os seus pares, transmitindo-lhes assim uma cultura própria, modos de estar e de Saber-Fazer do grupo. O diploma reforça a ideia da articulação entre a teoria e a prática omitindo referência às enfermarias-escola, valorizando sobretudo as práticas clínicas em ambiente de trabalho. Discutia-se essencialmente a cientificidade da enfermagem.

A discussão referida teve impacto na constituição de carreiras específicas para a enfermagem em 1967 (Decreto-Lei nº 48166 de 27 de Dezembro de 1967). Foram constituídas, neste ano, as carreiras hospitalar, de saúde pública e do ensino. Todavia, o que aparenta constituir uma conquista acaba por significar uma forma de divisão interna



não favorecendo o reforço da identidade profissional da enfermagem portuguesa. Apenas anos mais tarde assistiremos à unificação das carreiras de enfermagem.

Em suma, durante o Estado Novo, promoveram-se um conjunto de avanços e recuos constantes no processo de engrandecimento profissional da enfermagem. O caminho da afirmação abriu-se, por intervenção do Estado, quando se referiu à necessidade da formação escolar para exercer a atividade; não obstante voltou a estreitar-se quando criou vários cursos de enfermagem, desprestigiando o grupo e acabando mesmo por dividi-lo. O aumento das exigências literárias de 1965 constituiu um avanço, todavia a divisão da carreira promoveu ambiguidades internas que só se resolveriam anos mais tarde.

A influência do Estado na construção identitária deste grupo é imensa: o comportamento moral irrepreensível, a preferência por elementos do género feminino, a negação do casamento, a relação entre o Estado e os médicos como observadores e vigilantes do grupo dos enfermeiros, são apenas alguns aspetos do que temos vindo a defender.

### **3.O caminho para uma “nova” enfermagem: o papel das ciências sociais, humanas e comportamentais**

A emergência, afirmação e consolidação da enfermagem como um Saber próprio e relacional evidencia-se a partir do diploma de 1965. Gradualmente os enfermeiros passaram a assumir lugares de chefia e direção no interior das escolas de enfermagem, substituindo os médicos. No entanto, foi através do conhecimento e da construção de uma ideia de “cuidados de enfermagem”, que haveria de ser aprofundada anos mais tarde, que o grupo encontrou caminhos alternativos à submissão médica.

Estrategicamente verifica-se a partir de meados da década de 60 com maior intensidade, uma aproximação às ciências sociais, humanas e comportamentais. A psicologia, a Sociologia e a Educação possibilitaram à enfermagem a utilização de novos métodos e técnicas com utilidade para aprofundar um domínio que se pretendia com a maior autonomia possível de modo a adquirir visibilidade socioprofissional. A capacidade do grupo dos enfermeiros, através essencialmente das suas escolas, de construir um

conhecimento relacional com um determinado nível de abstração trouxe vantagens ao grupo.

Ismael Martins, antigo enfermeiro e diretor de uma escola de enfermagem, realça a importância destas ciências na emergência e consolidação da jurisdição profissional da enfermagem portuguesa quando afirma que:

(...) isso também era uma das minhas preocupações, porque era pouco usual nos cursos antigos. Dava-se muito pouco ou quase não se falava na psicologia, falava-se na psiquiatria um pouco, da psicologia pouquíssimo, sociologia nem pensar. Mas como nós pensávamos principalmente no Ser Humano, a pessoa humana em todas as suas vertentes, em todas as suas idades e etapas da vida e achávamos que a psicologia, também a sociologia, mas principalmente a psicologia era uma disciplina base. Foi uma das minhas grandes preocupações em convidar psicólogos para virem dar as aulas (Entrevista ao Enfermeiro Ismael Martins – Cf. HENRIQUES, 2012).

Estes novos saberes que agora se aprendiam nas escolas de enfermagem ajudaram a criar uma identidade profissional mais definida e reforçada. A psicologia, a Sociologia e a Educação permitiram o aprofundamento daquilo a que este grupo chamou de “cuidados de enfermagem”. Conceito que implica entendimento multidisciplinar sobre o Ser Humano e o seu bem-estar, objetivo último dos enfermeiros portugueses.

### **Considerações Finais**

A identidade dos enfermeiros portugueses, no período do Estado Novo, desenvolveu-se em torno de dois momentos específicos. No primeiro momento verificamos a intervenção do Estado na regulação do ensino e do exercício da enfermagem, embora posteriormente não alimentasse demasiado a autonomia do grupo criando para o efeito cursos que dividiam a própria enfermagem e a ideia do que era ser enfermeiro. Por outro lado, o grupo dos enfermeiros portugueses fez parte de um projeto político que servia de exemplo à sociedade através dos valores que devia transmitir, nomeadamente a submissão, a entrega e a obediência.

A partir de 1965 (o 2º momento) aprofundou-se o conhecimento dos enfermeiros envolvendo as técnicas médicas e de enfermagem que conheciam, tornando-se gradualmente mais reflexivos e atentos à sua prática e promovendo uma dimensão

teórico-abstrata que permitiu consolidar os cuidados de enfermagem como domínio próprio do grupo, ainda que de um modo relacional.

As identidades profissionais resultam de longos processos históricos e de relações de interdependência com o Estado, outros grupos profissionais e/ou ocupacionais e a própria sociedade envolvente.

## **Bibliografia**

ABBOTT, Andrew (1988) *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

ABREU, Wilson Correia de (2001), *Identidade, Formação e Trabalho – Das Culturas Locais às Estratégias Identitárias dos Enfermeiros*. Coimbra/Lisboa: Formasau/Educa.

AMENDOEIRA, José (2006), *Uma Biografia Partilhada da Enfermagem: A Segunda Metade do Século XX*, Coimbra: Formasau.

D'OREY, Isabel de Albuquerque (1937), *Moral Profissional da Enfermeira*, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora.

DUBAR, Claude, A Socialização (1997), *A Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.

ESCOBAR, Lucília (2004), *O Sexo das Profissões – Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*, Col. Biblioteca das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento.

FREIDSON, Eliot (1986), *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

GONÇALVES, Carlos (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

HENRIQUES, Helder Manuel Guerra (2012), *Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

MACDONALD, Keith (1999), *The Sociology of the Professions*, 2º ed., London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage.

NÓVOA, António (1987) *Le Temps des Professeurs – Analyse Socio-Historique de la Profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*, 2 Vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

NUNES, Lucília Rosa Mateus (2003) *Um Olhar Sobre o Ombro: Enfermagem em Portugal (1881- 1998)*. Loures: Lusociência.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999) *Os Engenheiros em Portugal – Profissionalização e Protagonismo*, Oeiras: Celta Editora.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*, 2ª ed., Oeiras: Celta Editora.

SILVA, Ana Isabel (2008), *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SOARES, Maria Isabel (1997), *Da Blusa de Brim à Touca Branca – Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)*, Lisboa: Educa/Associação Portuguesa de Enfermeiros.

## **Nota sobre o autor**

### **Helder Henriques**

henriqueshelder@gmail.com

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.